

## Genoíno propõe início da votação no plenário

BRASÍLIA — O deputado José Genoíno (PT-SP) propôs que o plenário da Constituinte comece a votar os artigos já aprovados na Comissão de Sistematização, para apressar a conclusão da nova Carta. Acrescentou que isso serviria, também, para que os 466 parlamentares que não integram a Sistematização entrassem em atividade, pois na atual fase dos trabalhos só os 93 integrantes da comissão têm direito a voto.

Genoíno sugeriu que as sessões do plenário sejam realizadas à noite, reservando-se a manhã e a tarde para as sessões da Sistematização. Segundo o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), já poderiam começar a ser votados o preâmbulo da Constituição e o Título I, que trata de direitos e garantias individuais. "Isso adiantaria bastante o traba-

lho, como quer o presidente Ulysses Guimarães", observou.

Um grupo de deputados, liderados por Albérico Cordeiro (PFL-AL) e Lúcio Alcântara (PFL-CE), já obteve 50 assinaturas de apoio ao pedido de restabelecimento das sessões diárias da Câmara — que nesta fase da Constituinte reúne-se apenas uma vez por semana. "Quem não participa da Comissão de Sistematização não tem o que fazer na Constituinte agora", justificou Alcântara.

A convocação da Câmara, entretanto, inviabilizaria as sessões do plenário da Constituinte. O deputado José Genoíno condenou a iniciativa de Albérico e Alcântara, afirmando que sua proposta "é para apressar os trabalhos e não para ocupar o tempo de quem acha que nada tem para fazer".

## Comissão conclui artigo 5º

A Comissão de Sistematização encerrou a votação do artigo 5º do projeto constitucional, que tem 55 parágrafos. Nenhuma alteração foi aprovada e a sessão foi encerrada mais cedo, às 18h, apesar dos apelos do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, de que a Comissão deve realizar um esforço concentrado e se reunir pela manhã, tarde e noite para concluir os trabalhos no prazo previsto, dia 28 deste mês. Hoje entra em votação um dos pontos mais polêmicos da futura carta: a estabilidade no emprego, referente ao capítulo dos direitos sociais.

Logo após o senador Fernando Henrique Cardoso ter encerrado os trabalhos, o senador Jarbas Passarinho começou a bater palmas, sendo acompanhado por vários parlamentares que comentaram: "Vamos para casa trocar de roupa para a homenagem ao Ulysses". Referindo-se ao jantar programado em comemoração ao aniversário do deputado, que seria no seu restaurante preferido, o Piantella.

A sessão de ontem era destinada à votação de emendas ao artigo 5º com a designação "inclua-se onde couber".

No entanto das mais de 60 emendas que haviam para apreciar, cerca de 30 foram prejudicadas pela ausência de seus autores, outras foram retiradas e todas as que entraram em votação foram rejeitadas. Foi rejeitada, por exemplo, uma proposta do deputado Lyséas Maciel de que a Constituição asseguraria às populações carentes recorrerem à Justiça quando não pudessem pagar os serviços públicos tais como água e luz.

■ Ao defender uma emenda em favor da habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) condenou a sociedade por tratar os excepcionais como doentes e disse que "os deficientes devem ser tratados como se deficientes não fossem". Mal terminou seu discurso, o parlamentar, que teve poliomielite e ficou com uma perna defetiva, tropeçou e caiu. Imediatamente, os deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Gerson Peres (PDS-PA) correram para levantá-lo do chão. Egidio não se perturbou: "Eis a prova do que eu acabei de falar".

## Rio tem desde 84 seu 'habeas data'

"A toda pessoa física ou jurídica é assegurado, livre de qualquer ônus, o direito de conhecer as suas informações pessoais contidas em bancos de dados, públicos — estaduais ou municipais — ou privados". Não se trata, como a princípio pode parecer, de sugestão para ser incluída na nova Constituição, mas de uma lei em vigor no Estado do Rio de Janeiro, desde 28 de dezembro de 1984.

O líder do PDT na Assembleia Legislativa, deputado Eduardo Chuahy, autor do projeto que deu origem à lei posta em vigor pelo ex-governador Leonel Brizola, estranhou que o relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, Bernardo Cabral, esteja apresentando como inovação a inclusão, no seu projeto, de dispositivo que cria o *habeas data*.

A lei fluminense permite que, no caso de falhas ou inexatidões, as informações contidas nos bancos de dados sejam corrigidas. Esses bancos devem ter existência divulgada, juntamente com sua finalidade, abrangência e categoria de informações arquivadas. O nome do responsável por sua administração também é exigido. O uso de informações pessoais para fins alheios àqueles para os quais foram obtidas depende do consentimento expresso da parte diretamente interessada; esta poderá, ainda, contestar a relevância das informações a seu respeito.

## Sindicalista critica proposta de estabilidade aos 90 dias

PORTO ALEGRE — O presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, Antônio Magri, considerou "uma loucura" a proposta de estabilidade no emprego aos 90 dias, que a Comissão de Sistematização da Constituinte deverá votar hoje. Previu que se a estabilidade for aprovada, os empresários deixarão de investir e não haverá mais oferta de empregos a partir do ano que vem. "Se é para matar os empresários, é melhor pegar a metralhadora e fazer o serviço", comentou.

Convidado para falar na reunião-almoço da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), Magri disse a uma platéia de 100 empresários que o futuro do sindicalismo no Brasil "é o diálogo", considerando que a greve é um recurso extremo, depois de esgotada todas as negociações.

Em sua opinião, dirigir sindicato é "administrar a luta de classes e a relação entre o capital e o trabalho". Magri propôs uma mudança na "cultura do capitalismo brasileiro, regido pelo lucro desmesurado e o ágio",

estabelecendo-se uma relação "mais sincera entre patrão e empregado".

A intimidade entre patrão e empregado é outro ponto que o presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo considera fundamental, na renovação das relações de trabalho. "Quando eu trabalhava numa fábrica de calçados, nos dias em que o dono me cumprimentava cordialmente, eu pregava 50 solas, em vez de 40, por pura satisfação", contou.

Funcionário da Eletropaulo e tendo apenas o curso primário, Antônio Magri está há 12 anos na liderança dos eletricitários paulistas. Ele disse que não votaria em Leonel Brizola para presidente da República porque seu candidato é o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, por quem diz ter "muita estima."



Magri

## Empresário defende incentivos

FORTALEZA — O presidente do Centro Industrial do Ceará (CIC), Cândido Quinderé, denunciou como "um crime de lesa-Nordeste" a proposta do relator Bernardo Cabral de inserir na futura Constituição dispositivo extinguindo os incentivos fiscais para a região. "Isso é grave e perigoso demais para ser verdade", disse Quinderé.

Ele explicou que, de 1960 a 1986, O incentivos fiscais transferiram para o nordeste US\$ 7,3 bilhões, menos do que foi gasto na implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (US\$ 12 bilhões), Angra I e II (US\$ 6 bilhões), Itaipu (US\$ 12 bilhões) e Carajás (US\$ 8 bilhões).

— Esse dinheiro, que chegou aqui ao longo de 26 anos, permitiu a criação de 461 mil empregos diretos, a instalação de mil empresas industriais modernas e 379 outros projetos nas áreas da pesca, hotelaria, suinocultura, avicultura, pecuária de corte e reflorestamento. É um resultado bem diferente dos "calotes" aplicados em outras regiões, onde ocorreram os escândalos financeiros mais famosos do País, como os

da Coroa Brastel, Capemi, Sulbrasileiro e Delfim — afirmou o empresário.

**Fatura** — Para o presidente do Centro Industrial do Ceará, que é o mais importante fórum de debates políticos, econômicos e sociais da região, o nordeste não deve nada ao Brasil por conta dos incentivos fiscais. "Essa fatura já foi paga e continua dando lucros aos cofres do governo". Citando números do Ministério da Fazenda, Cândido Quinderé revelou que, no primeiro semestre deste ano, as empresas implantadas através do sistema Sudene/Finor pagaram CZ\$ 4,6 bilhões de IPI e CZ\$ 6,4 bilhões de ICM aos nove estados nordestinos, o que equivale aos CZ\$ 11 bilhões do orçamento do Finor para todo o ano de 1987.

— Como se vê, esse orçamento do Finor nem existe, se comparado aos subsídios ainda concedidos ao trigo (CZ\$ 40 bilhões), às empresas estatais (CZ\$ 95 bilhões), ao saneamento dos bancos estaduais (CZ\$ 100 bilhões) e ao refinanciamento das dívidas estaduais (CZ\$ 80 bilhões) — enumerou o presidente do CIC.